

200 MILHÕES DE INDAGAÇÕES



DE NORTE A SUL, PONTOS DE INTERROGAÇÃO PIPOCAM NA CABEÇA DOS HABITANTES DESTA NAÇÃO: O QUE NOS CONSTITUI COMO BRASILEIROS? COMO CHEGAMOS AO QUE SOMOS? É POSSÍVEL, EM UM BRASIL CHEIO DE 'BRASIS', PARTILHAR NOSSOS PATRIMÔNIOS CULTURAIS DE FORMA HARMONIOSA, VENCENDO O ABISMO ENTRE AS CLASSES SOCIAIS?

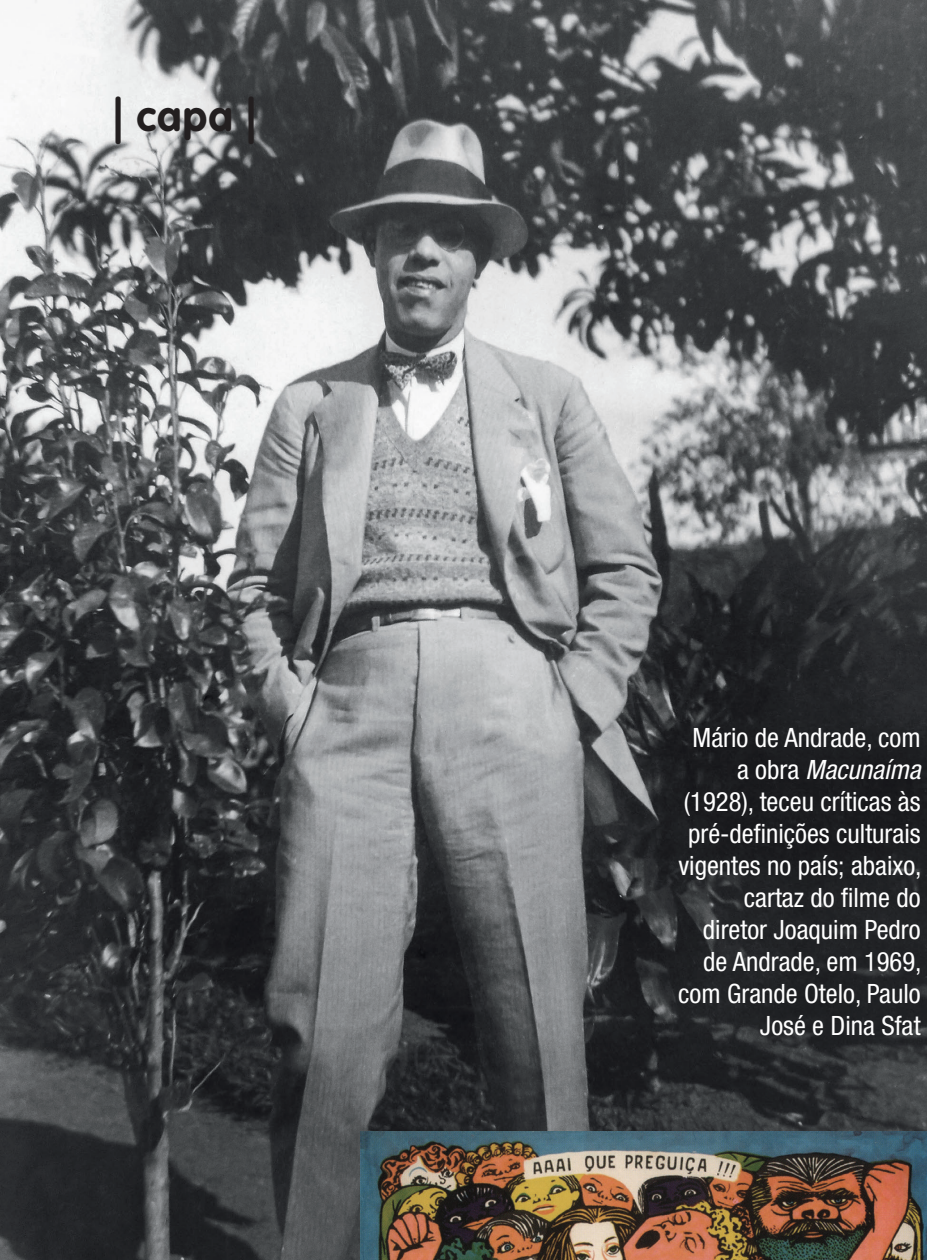
POR **JUNIOR BELLÉ** ILUSTRAÇÕES **MAURICIO PLANEL**

Somos mais de 202 milhões: 51,3% mulheres, 48,7% homens; 47,7% declaram-se brancos, 43,1% pardos, 7,6% negros, 1,1% amarelos e 0,4% indígenas; 84% vivem em áreas urbanas e têm uma taxa de fecundidade de 1,8 filho, contra os 2,7 dos 16% residentes em áreas rurais; 9,6% de nós não sabem ler ou escrever e, dos que sabem, apenas 50% têm o hábito de leitura, ainda que não ultrapassem quatro livros ao ano; 65,6% são católicos, 22,2% evangélicos, 2% espíritas, 0,3% umbandistas ou candomblecistas e 8% ateus ou sem religião; 32,1 anos é nossa média de idade.

Os dados acima, do Censo 2010 e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2012, ambos do IBGE; e Retratos da Leitura no Brasil, de 2012, do Instituto Pró-Livro, não mostram, porém, que também somos palmeirenses, cruzeirenses, vascaínos, colorados, juveninos, atleticanos. Somos Salgueiro, Portela, Mangueira, X-9, Gaviões, Caprichoso e Garantido. Somos noveleiros. Somos conservadores e religiosos, mas tentamos manter nossos preconceitos fora dos holofotes. Somos metropolitanos, ainda que nosso coração seja uma minúscula província. Uma vila. Ou 5.570 municípios. Somos feijão e arroz. Somos a coxinha da padaria e o brigadeiro de panela. O vento do pastel de vento. Somos jecas, jacas, araticuns e caipiras. Somos manézinhos da ilha, caiçaras, sertanejos, manos, piás e gurias. Somos quilombolas. Somos vira

e salsicha, pão e cacetinho, mandioca, macaxeira e aipim. Somos uai, ochê, tchê. Somos festa junina. Somos tempestades, enchentes e deslizamentos. Somos rodovias. Somos sucuri, arara-azul, onça-pintada, tamanduá-bandeira. Somos verde, amarelo, azul e branco. Somos atlânticos na costa, e dentro, mata densa e rios imensos. Somos Guarani e Alter do Chão. Somos sertão, caatinga e pampa. Somos pantanal. Somos pinhão no inverno. Somos verão o ano todo. Somos 27 recortes no mapa. Somos América do Sul; por isso, somos um tanto Europa, outro tanto Ásia e muito, mas muito África. Somos um jeitinho, uma malandragem, uma ginga. Somos uma multidão de pobres. Somos um punhado de ricos. Somos uns tantos milionários, miseráveis. Somos um gole de cachaça. Um rebolado da mulata. Somos o gemido da cuíca e a voadora depois do baque do berimbau. Somos a viola, a rabeca e um livro pela metade. Somos um samba do Cartola, o uivo do Villa-Lobos, um verso do Drummond, as estradas de Santos, o choro do Chorinho e a guitarra do mestre Vieira. O maracatu, a tropicália e o mangubeat. Somos caipirinha e o pé de guaraná. Somos o chimarrão e a jangada. O fandango e o baião, seja de um, seja de dois ou de duzentos milhões. Somos kambô e tucupi. Somos o gol, mas antes somos o dribble. Somos a multiplicação da diversidade. A esperança da miscigenação. Somos um povo que só se reconhece na diferença. Somos a diferença que nos reconhece. Somos o que somos, diferentes.

Mas como chegamos a ser isso tudo? Como nos tornamos toda essa gente?



Mário de Andrade, com a obra *Macunaíma* (1928), teceu críticas às pré-definições culturais vigentes no país; abaixo, cartaz do filme do diretor Joaquim Pedro de Andrade, em 1969, com Grande Otelo, Paulo José e Dina Sfat



NOSSO RG

Você já se perguntou o que é brasilidade? Inúmeros cientistas sociais, historiadores, escritores e pensadores dedicaram-se a escavar esse termo, desmembrá-lo a fim de mapear e entender o que nos constitui como brasileiros. Nascer em solo nacional é a resposta mais óbvia, mas é também a mais rasa. Afinal, todo território é volátil. O Acre nem sempre foi brasileiro, o Uruguai já foi nossa Província Cisplatina, o Mato Grosso do Sul ganhou uns tantos hectares com a vitória da Tríplice Aliança na Guerra do Paraguai. Além do mais, alguma vez passou por suas ideias o porquê de a América portuguesa, ou seja, nós, não termos nos dividido, nos recortado em pequenas nações, como aconteceu com a porção espanhola? Há motivações para além do processo colonizatório e da falta de unidade administrativa por parte dos hermanos. É preciso criar heróis e causas comuns, é preciso um Tiradentes, a coroação de um rei como Pelé. É imprescindível ter catalisadores como o Carnaval e o futebol.

É nesta complexidade que descansa a resposta para a questão inicial. Mas outra pergunta emerge às suas margens, comendo pelas beiradas como se fosse mineira de tudo, da primeira letra maiúscula ao ponto de interrogação: seria nossa identidade nacional idêntica à nossa identidade cultural? Em outras palavras, seria possível que, de norte a sul, todos partilhássemos patrimônios culturais harmoniosos entre si, vencendo inclusive abismos de classe?

No final do século 19, essas eram questões que assolavam as mentes de pensadores como Sílvio Romero (1851-1914) e Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906). Por diferentes métodos e análises, eles concluíram que a tão sonhada harmonia, que parecia balizar o progresso europeu pelo qual se haviam apaixonado, inexistia em Pindorama. Eles, então, se questionaram como elementos culturais de origens tão distintas conseguiam conviver em um mesmo país sem se autodestruir. Para esses pesquisadores, a falta de homogeneidade cultural era um grave empecilho para o desenvolvimento do Brasil. Estávamos, portanto, condenados à barbárie e ao subdesenvolvimento.

Este coro pessimista e preconceituoso reverberou pela intelectualidade brasileira até a segunda década do século 20. Para tristeza desses senhores, foi nesta época que alguns sujeitos saíram da puberdade com o nobre intuito de achincalhar os paradigmas antropológicos de seus antecessores. Das matutagens de jovens debochados e argutos, nascia em nossas terras o modernismo. Dois “Andrades” merecem destaque nesta contraofensiva teórica: Mário e Oswald.

O mais interessante é que estes jovens não negavam a premissa de Romero e Rodrigues, de que o Brasil era composto por uma heterogeneidade cultural apoteótica. Mas ao contrário da visão catastrófica deles, os modernistas achavam isso um barato, legal pra cacete, um lance supimpa. Eles tinham para si que essa característica era justamente o que permitia que nossa cultura, e também nossa identidade, atingisse um grau elevado de excelência. Eram, por assim dizer, gostosos de uma fusão carnal e espiritual entre etnias e culturas, babavam no remelexo das mulatas, em poções e rituais indígenas, abriam os braços para orlas de estrangeiros que aportavam por aqui. E, acima de tudo, sentiam-se orgulhosos de que essa maravilhosa putaria acontecesse debaixo de seus narizes.

Para Rodrigo Estramanno, professor e coordenador do curso de Estudos Brasileiros da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, “a grande contribuição do modernismo foi transformar aquilo que era pensado como motivo de vergonha e atraso em motivo para uma reconstrução da ideia de Brasil em um sentido positivo e, ao mesmo tempo, crítico”. Para ele, Mário deixou isso claro com seu indígene *Macunaíma*, de 1928, mistura de índio, europeu e africano: “Nas suas múltiplas etnias, as paisagens são reconstruídas no sentido de passar a limpo, de criar a cara própria dos brasileiros”. A obra desbravou novas fronteiras em nossa literatura e deu um cruzado de esquerda na ponta do queixo daqueles que clamavam por uma superioridade da cultura branca e “civilizada”, adjetivo este que nem mesmo todas as aspas do mundo serão suficientes para embalsamar.

Oswald, por sua vez, mergulhou naquilo que denominou antropofagia: os caninos da cultura brasileira devorariam as civilizações que conosco viessem ter, dando origem a algo novo em uma espécie de dialética canibalesca. Forçados a se misturar aqui mesmo, no quintal de nossa casa, os elementos culturais díspares garantiam a originalidade e a beleza tão características e caras à nossa cultura. Assumiriam, também, a paternidade e a maternidade de nossa identidade nacional.

Portanto, o entendimento de que o Brasil é multicultural, um país em que diferentes – e por vezes divergentes – aspectos culturais convivem e se fundem, foi detectado tanto pelos pensadores do século 19, quanto pelos modernistas da segunda década do século 20. A distinção é que os últimos percebiam neste fato aspectos positivos e enriquecedores, o que, segundo a socióloga Maria Isaura Pereira de Queiroz, no artigo *Identidade cultural, identidade nacional no Brasil*, os fez antecipar resoluções às quais chegariam cientistas sociais ocidentais apenas 40, 60 anos mais tarde.

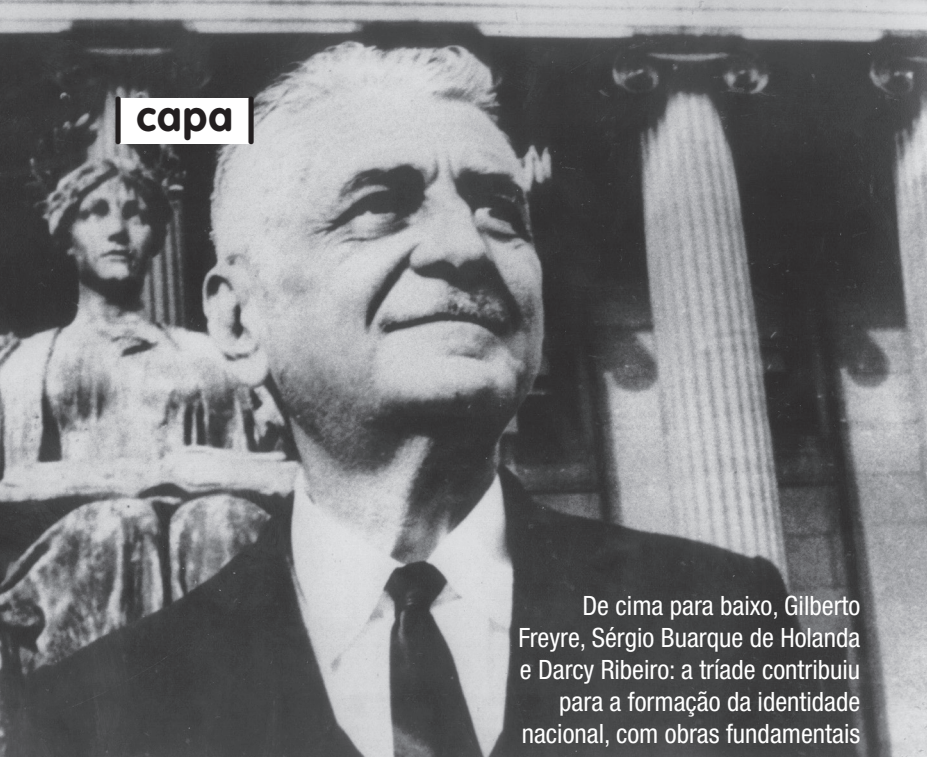


FOTO: REPRODUÇÃO

Oswald de Andrade publicou em 1928 o *Manifesto Antropófago*, que propunha o entendimento do Brasil como um país multicultural, combinando elementos estrangeiros com os nacionais

De acordo com o mesmo estudo, tais resoluções apontavam em uma direção clara, a mesma que responde a nossa questão central: a de aceitar a heterogeneidade cultural como algo muito valioso, algo capaz de nos dar a personalidade de que tanto carecemos no concerto das nações. “Nesse sentido, a identidade nacional se origina e se expressa pela identidade cultural. (...) Para os brasileiros, as duas concepções, de identidade cultural e de identidade nacional, se confundem, em sua nação, todas as coletividades étnicas, todos os estratos sociais estão interligados por um patrimônio cultural semelhante e este fato compõe o nacional, — algo que se exprime de forma concreta, independentemente de uma conscientização.”

Para que essa noção de brasilidade como pujança multicultural ganhasse peso e pudesse se expandir, era preciso avançar do terreno artístico para um território mais pantanoso: o acadêmico. Estramanno tem para si que “as obras da geração de 1930, tais como as de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), Caio Prado Júnior (1907-1990) e Gilberto Freyre (1900-1987)



De cima para baixo, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Darcy Ribeiro: a tríade contribuiu para a formação da identidade nacional, com obras fundamentais

FOTO: IVANALDO/FOLHAPRESS

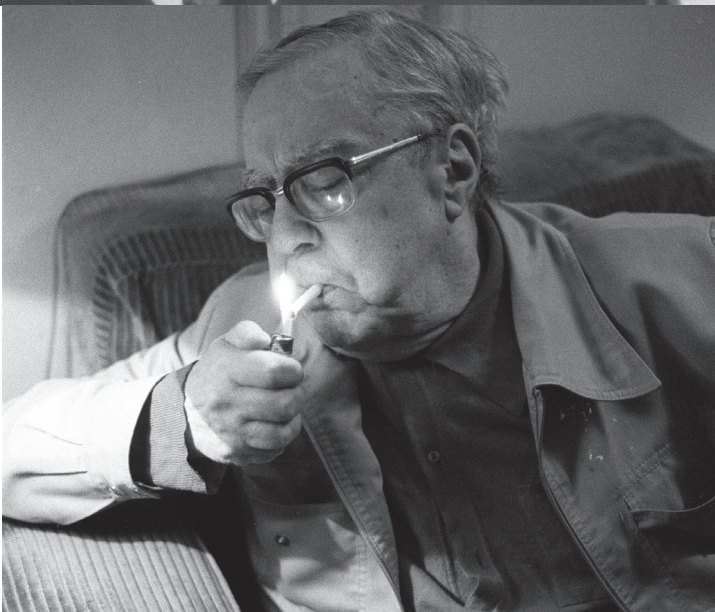


FOTO: PAULO WHITAKER/FOLHAPRESS



FOTO: DIVULGAÇÃO

continuam a ser fundamentais para o estudo do tema”. Afinal, apesar de suas ideias já terem sido rediscutidas e reinterpretadas, sua rigidez e densidade teórica foram imprescindíveis para o alicerçamento de uma nova noção de nação e de identidade brasileiras.

A TRINCHEIRA TEÓRICA

Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda escreveram seus mais famosos livros – *Casa-grande & senzala* e *Raízes do Brasil*, respectivamente – nos anos de 1930, época que, para a professora Simone Meucci, do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná (UFPR), foi fecunda para a investigação acadêmica, “época do nascimento das ciências sociais no Brasil”. Ela explica que, naqueles idos, era imperativo responder a um grande enigma: “É possível considerar que há uma sociedade brasileira? Ou, dito de outro modo, há uma identidade nacional? Qual o futuro da nação?”

Simone acredita que estes senhores, então jovens e revolucionários cientistas sociais, “atenderam ao chamado de sua geração” e responderam a tais questões. Chegaram, todavia, a respostas diferentes. Freyre foi um dos mais importantes impulsionadores do caráter positivo da mestiçagem para a sociedade brasileira, “cuja formulação sempre foi tão dramática para os intelectuais dos períodos anteriores, acostumados a alinhar mestiçagem racial e atraso nacional”. Holanda destacou-se pela definição do brasileiro como um ‘homem cordial’, “sujeito cuja socialização, ocorrida em contexto de fraca institucionalidade, tornou-o incapaz de ‘lidar’ segundo uma lógica universal, igualitária e impessoal”.

A diferença entre eles, explica a professora, diz respeito à maneira de encarar o “legado ibérico”, ou seja, o impacto da cultura e da dominação portuguesa em nosso pedaço. Freyre postulava que, por meio da dominação patriarcal, os portugueses conseguiram assimilar culturas diversas e assim diminuir distâncias sociais abismais. “Nesse sentido, o legado ibérico é, para ele, positivo, necessário e durável, especialmente a instituição do patriarcado, responsável pela unidade social.”

Holanda também reconhecia este legado na arte e na do tecido da sociedade, “no entanto, para ele, a herança seria superada pela ampliação do mercado e pela burocratização do Estado. Holanda, diferentemente de Freyre, compreendia que era iminente o rompimento com o passado ibérico, colonial e rural”.

Na década de 1930, a terceira e marxista sebe desta tríade ainda esboçava seu melhor trabalho, *Formação do Brasil contemporâneo*, que Caio Prado Júnior só publicaria em 1942. “A perspectiva da desigual-

dade, representada por ele e, mais recentemente, por Darcy Ribeiro (1922-1997), tem um sentido de desmascaramento da perspectiva da confraternização e da pluralidade. O Brasil aparece então como um país historicamente desigual e violento, radicalmente intolerante com as culturas indesejadas. Em algumas formas de rap ou no movimento manguêbeat e seus desdobramentos, observamos notavelmente essa visão”, explica a professora.

Tributário das heranças destes sociólogos, especialmente de Freyre e Holanda, muitas décadas depois, já em 1995, Darcy Ribeiro escreve outra obra necessária para a compreensão e expansão das fronteiras de nossa identidade cultural e nacional: *O povo brasileiro*. É ele quem joga os mais fortes holofotes para os conflitos e desigualdades tão típicos daqui, forjando o que chamou de “deculturação”: “A destruição das culturas indesejadas por métodos violentos, especialmente os negros e índios”. Nesse sentido, amarra Simone, “vale chamar a atenção para um aspecto de sua obra, que é a atenção aos povos que não foram foco, senão muito superficialmente, de análise dos ensaístas dos anos de 1930: os grupos indígenas. Certamente, Darcy Ribeiro é o último grande ensaísta intérprete do Brasil”.

CARNAVAL, FUTEBOL E DITADURA

O brasileiro nem sempre foi este sujeito cortês, de Holanda, tampouco este malandro festivo com ginga no pé, seja para sambar ou dar olé. Este arquétipo foi se desenhando ao longo do século 20, com mais vigor nas já aferidas décadas de 1920 e 1930. Mas há um homem especialmente responsável por tudo isso: Getúlio Vargas (1882-1954).

Após o golpe e a instauração do Estado Novo (1937-1945), o ditador gaudério e posterior presidente suicida fechou as portas do Poder Legislativo e instaurou o famoso Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), e também suas ramificações, os Departamentos Estaduais (DEIP). Ambos eram inspirados nas matutagens nada inocentes de Joseph Goebbels, braço direito de Hitler. De acordo com artigo do doutor e professor da ECA-USP, Dirceu Fernandes Lopes, *Contra o arbítrio, pela liberdade*, a regra era que houvesse um censor em cada veículo. “Os jornais tinham duas opções: resistir, correndo o risco de ser confiscados, ou transformar-se em órgãos de propaganda da ditadura. Entre dezembro de 1937 e novembro de 1938, foi editado o jornal *Brasil*, redigido por Júlio de Mesquita, Júlio de Mesquita Filho e Paulo Duarte, impresso na gráfica do *Estadão*, atacando Getúlio. Depois de 21 números, a polícia conseguiu confiscá-lo e exilou seus redatores.”

Ainda assim, para o doutor em História e professor da Universidade Veiga de Almeida, Guilherme José Motta Faria, “o papel do DIP, visto como ‘famigerado’ na esmagadora maioria dos livros didáticos, merece uma revisão. Projetos de integração nacional, a partir das peculiaridades regionais, foram uma das ações do órgão, então ‘jogadas para baixo do tapete da história’. O ‘Dia da Raça’, confundido como mais uma prova irrefutável do fascismo do governo Vargas, festejava e exaltava a nossa miscigenação”.

Foi na rabeira do Estado Novo que aconteceu a oficialização do Carnaval e sua consequente expansão para outros estados, inspirando uma unidade nacional até então impensável, ainda que, muitas vezes, à custa do enfraquecimento de manifestações locais. “Inegavelmente, o governo Vargas e a gestão do prefeito carioca Pedro Ernesto criaram as bases da oficialização dos desfiles em 1935 e, a partir deste ano, as subvenções e a organização foram sendo ampliadas.” Segundo os historiadores Ângela de Castro Gomes e Jorge

FOTO: ADRIANA SOUSA NERY / AGÊNCIA ESTADO



Bateria da Estação Primeira de Mangueira, em 1970, ano em que obteve o 3º lugar na classificação geral

Ferreira, opinião que partilho, o governo de Vargas instituiu um 'Pacto Social', se aproximando das manifestações populares e, com isso, ampliando suas bases de sustentação política." Perspicaz, esse foi o método encontrado pelo governo para ganhar popularidade e legitimidade, ao mesmo tempo que doava à população espaços de exercício de cidadania, mesmo restrita ao plano cultural.

Motta acredita que essa experiência de parceria do poder público com grupos populares no Carnaval carioca foi o modelo expandido para o restante do país: "Uma questão importante é que o Rio de Janeiro era a capital federal e a concentração das estruturas de poder permitiam que as experiências se consolidassem em seu território antes da subsequente expansão para outras regiões". Mas não pense que foi uma expansão sem tropeços e atropelos. Segundo Motta, este processo de "legitimação de um caráter brasileiro", em que o Carnaval se insere como protagonista, esbarrava na dura rejeição das classes média e alta, aquelas que não queriam, "e desconfio que continuam não querendo", fazer parte dessa construção de uma brasilidade. Pois é exatamente a brasilidade que o Carnaval e as escolas de samba encarnam.

Outra característica importante ressaltada por Motta para o enriquecimento de nossa identidade "é a valorização e ampliação do espaço a negros e mulatos nos times e na seleção brasileira de futebol. Ela nos dava algo de que nos orgulhar e exaltava tais personagens que passavam a ganhar espaço na história oficial".

E foi novamente Gilberto Freyre – incansável promotor da boa-venturança negra – um dos protagonistas na emersão do futebol como mediador de raças e catalisador da multiplicidade cultural brasileira. É o

que conta Ronaldo George Helal, professor da Faculdade de Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e um dos autores, entre outros, do livro *A invenção do país do futebol: mídia, raça e idolatria*. "A partir dos anos 1930, no Estado Novo, é que começamos a ter noção de nossa identidade, e eu diria que a amizade entre Freyre e Mário Filho (1908-1966), um dos pioneiros da crônica esportiva brasileira, foi crucial para isso."

Além de cronista, foi Mário, irmão de Nelson Rodrigues, quem organizou o Concurso de Escolas de Samba em 1932, por meio de seu *O Mundo Sportivo*, primeiro jornal dedicado aos esportes no Brasil. Quando, em 1936, compra o *Jornal dos Sports* de Roberto Marinho, cria os Jogos da Primavera (1947), os Jogos Infantis (1951) e o torneio Rio-São Paulo, que se realizou sem grande sucesso em 1933, 1934 e 1940. Na década de 1950, com apoio do próprio Mário Filho, o torneio é retomado, e logo passa a contar com clubes de outros estados, sendo então rebatizado de Taça Roberto Gomes Pedrosa, o qual originou o atual Campeonato Brasileiro.

Mas, nos primórdios de toda essa agitação, quando Filho e seu irmão lambuzavam o papel jornal com um talento que sequer Vargas poderia sonhar, semeando mais clássicas crônicas esportivas jamais escritas, apaixonando tanto leitores quanto censores, foi que Gilberto Freyre deu início a uma mitologia. A mesma que até hoje nos remonta como o país do futebol. Ele escreve, em 1938, no *Diário de Pernambuco*, o imponente artigo *Football Mulato*. Nele, Freyre leva as máximas de *Casa-grande & senzala* para os gramados e afirma que a mestiçagem é o que torna nosso futebol superior, é a característica singular que conduz nossos ídolos à irreverência e à improvisação, e os distanciam da rigidez e





Getúlio Vargas entrega taça ao jogador Ademir Menezes, no Maracanã, em 26 de abril de 1952, em cerimônia de recepção à Seleção Brasileira de Futebol, campeão do 1º Torneio Panamericano de Futebol, no Chile. Durante a Era Vargas, o incentivo ao esporte e às manifestações culturais coletivas (futebol, carnaval, samba) tornou-se uma política de Estado

dos formalismos europeus. “Com isso, ele promove a fundação simbólica do nosso futebol como o conhecemos. E tudo o que existe no mundo simbólico, tudo o que é real no mundo simbólico, é real também em suas consequências.” Por outro lado, lembra Helal, Freyre carrega de uma correspondência empírica, de uma prova irrefutável que advogasse em prol de sua tese: “Daí a importância de Leônidas da Silva, das seleções de 1938 e de 1950, e da geração posterior, que venceu três Copas do Mundo em 12 anos”.

Quando Mário Filho publica o livro que registra boa parte dessa mitologia e do encantamento em torno do nosso futebol-arte – *O negro no futebol brasileiro* (1947), com prefácio, justamente, de Gilberto Freyre –, o esporte no Brasil já estava havia seis anos debaixo do crivo governamental. Em 1941, Vargas assinava o Decreto Lei 3.199, que começa com a seguinte frase: “Estabelece as bases da organização dos desportos em todo o país por meio, principalmente, do Conselho Nacional de Desporto – CND”. O conselho havia sido instituído para garantir cepa nacionalista, além de controlar as entidades regionais. “Dizia-se que era para promover o esporte, mas era um órgão ditatorial”, pontua Helal. Tamanha é a importância do futebol nos assuntos nacionais que o CND só foi extinto em 1988, com a nova Constituição.

Para o professor da UERJ, a ascensão da imprensa esportiva, com especial destaque para as narrativas de Mário Filho, somadas à afeição do governo Vargas pelo populismo e pelo integracionismo, forneceram novas formas de conceituar o país: “Foi assim que o futebol acabou se tornando ferramenta central para nossa integração como nação”.

O QUE SOMOS DEPOIS DE SER O QUE NOS TORNAMOS

Pelé, Garrincha, Falcão, Zico. Carmen Miranda. Sócrates. Vinicius de Moraes. Coutinhos. Romário, Ronaldo, Marcos. Senna, Oscar. Caetano e Gil. Elis. Drummond e Torquato. Erasmo, Renato e Cazuza. Chicos. Meirelles e Cecília. Silvio Santos. Neymar. Céu, Tulipa, Camelo. Daniel Galera. Gêmeos.

Nossos ídolos podem ainda ser os mesmos, mas o panteão só faz crescer. E, se antes havia apenas um grande e vasto panteão, hoje o latifúndio dos ídolos é feito de pequenas propriedades, nichos. Mesmo os grandes precisam adaptar-se a uma contemporaneidade cada vez mais midiática, mais carente de expoentes e menos disposta a forjá-los.

Ronaldo Helal fala em um “fenômeno mundial”, que não é coisa exclusiva do Brasil, mas do declínio dos estados-nações. “Aquela construção que Freyre e Holanda trabalharam agora se dilui. Há muito fatores para isso, entre eles a globalização e a ascensão das identidades fragmentadas. Um exemplo disso são os ídolos do futebol jogando fora do país e o crescente desapego às seleções nacionais.” Outro fator pujante é a mídia, ou as ressignificações dela, especialmente por meio de uma revolução em curso: a internet. Ela conecta culturas evidenciando similaridades mesmo entre aquelas geograficamente distantes. Ao mesmo tempo, é capaz de ampliar diferenças até entre as que compartilham fronteiras. Ela ajuda a transcender informações e assim criar conexões impensadas e fissuras imprevisíveis. A mais notável delas, em nossas terras, é a fissura de classe.

Além do declínio da ideia de estado-nação, há um fator interno responsável por impactar diretamente a forma como nos percebemos agora, em 2014. Este fator foi tema de artigo de Rudá Ricci, doutor em Ciência Sociais pela Unicamp: “O maior fenômeno sociológico do Brasil: a nova classe média”. De acordo com o sociólogo, em 2005, 43% dos brasileiros eram considerados da classe C. Desde então, se expandiu e passou a representar 53,8% da população, “em outras palavras, o Brasil se tornou um país de classe média, similar aos EUA”.

É necessário ter em mente que a pesquisa usada pelo sociólogo para construir sua hipótese foi desenvolvida pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), cujas bases ditam: “Uma família é considerada de classe média (classe C) quando tem renda mensal entre R\$ 1.064 e R\$ 4.591. A elite econômica (classes A e B) tem renda superior a R\$ 4.591, enquanto a classe D (classificada como remediados) ganha entre R\$ 768 e R\$ 1.064. A classe E (pobres), por sua vez, reúne famílias com rendimentos abaixo de R\$ 768”.

Essa transformação, que nos lançou ao status de país majoritariamente classe média, traz também inéditos imperativos identitários com os quais teremos que lidar. E, a partir deles, nos reafirmar. Afinal, convivemos em um território recortado por abismos econômicos e disparidades grotescas que vão do acesso à cultura e bens de consumo à representatividade política. Para Rudá Ricci, “este é um reflexo da inclusão pelo consumo que o país viveu na última década”, e alguns exemplos de acirramento de classe já são evidentes: “Os meninos e as meninas dos rolezinhos já são consumidores e frequentam os shoppings das periferias dos grandes centros urbanos. Não estão invadindo, mas organizando encontros entre frequentadores juvenis. O Brasil mudou muito nos últimos dez anos

e está impactando segmentos sociais e organizações que não perceberam as mudanças. É o caso das manifestações dos ‘meninos de junho’, que provocaram o pânico em partidos de esquerda e sindicatos. É o caso dos rolezinhos, que incitaram pavor nas classes sociais mais abastadas e em alguns meios de comunicação mais sensacionalistas, pautados pelo pensamento dos anunciantes”.

Os novos ídolos da classe C não são os mesmos da classe B, quem dirá da A. E vice-versa. Provavelmente, ídolos cujo nicho se estabelece por meio de laços classistas, o que é mais e mais frequente, jamais voltarão a ser os mesmos, à exceção de esportistas que logrem romper generalizações e fazer de seu talento um amálgama social.

Analisando por esse prisma, é imprescindível para o Brasil continuar seu já natural processo de reinvenção. Ao menos se desejar manter sua identidade como um elemento de coesão, de união – seja em torno de um projeto de nação, seja apenas territorialmente – e não como premissa para cisões, outras fronteiras ou aquecimento vulcânico de conflito de classes. O último, quando despido de horizonte libertário, pode ser um prato cheio para novos preconceitos, este boçal filho mais velho das interpretações rasas com o esgotamento ético.

Como escreveu e cantou o contemporâneo do poeta, do funk e do hip hop: “Eu, BNegão, sigo minha vida normal de cidadão de terceiro mundo, permanentemente topando com a encruzilhada. Se correr o guarda prende, se ficar o banco toma. Brasileiros pós-ditadura ainda se encontram em estado de coma semiprofundo, e um dos sintomas mais visíveis é a falta de percepção: acariciam um lobo achando que é o seu animal de estimação; não conseguem diferenciar banqueiros de bancários e megatraficantes de meros funcionários”. ●

